

DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E APRENDIZAGEM ESCOLAR: ANÁLISE QUALITATIVA DAS PERCEPÇÕES DOCENTES NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO AMAZONAS

DYNAMICS OF FAMILY PARTICIPATION AND SCHOOL LEARNING: QUALITATIVE ANALYSIS OF TEACHING PERCEPTIONS IN THE STATE PUBLIC NETWORK OF AMAZONAS

DINÁMICA DE LA PARTICIPACIÓN FAMILIAR Y EL APRENDIZAJE ESCOLAR: UN ANÁLISIS CUALITATIVO DE LAS PERCEPCIONES DE LOS DOCENTES EN EL SISTEMA DE ESCUELAS PÚBLICAS DEL ESTADO DE AMAZONAS

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-035>

Data de submissão: 06/02/2026

Data de publicação: 06/03/2026

Antonio Carlos Cortez Pinheiro

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA) - Paraguai

E-mail: antonio.carlos.pinheiro@prof.am.gov.br

RESUMO

Este artigo analisa as percepções docentes acerca da relação família-escola no contexto da escola pública, considerando as dimensões normativa, estrutural e simbólica que atravessam essa interface. Parte-se do reconhecimento de que a participação familiar é amplamente defendida nas políticas educacionais, mas sua efetivação no cotidiano escolar revela desafios associados às desigualdades sociais e às mediações institucionais. O objetivo consiste em compreender como professores interpretam a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem, buscando identificar limites e possibilidades dessa articulação. Adota-se abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, com aplicação de questionário composto por questões abertas e análise documental de registros institucionais. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, permitindo a construção de categorias interpretativas relacionadas à compreensão docente sobre participação, desigualdade e práticas pedagógicas. Os resultados indicam que, embora os professores reconheçam a importância da presença familiar para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, a participação ainda é frequentemente associada a práticas formais, como comparecimento a reuniões e acompanhamento do rendimento escolar. Evidenciam-se também fatores socioeconômicos que condicionam o envolvimento das famílias, bem como tensões simbólicas que influenciam as representações docentes. Conclui-se que o fortalecimento da relação família-escola demanda estratégias pedagógicas dialógicas e contextualizadas, capazes de superar a perspectiva meramente normativa e promover efetiva colaboração no ambiente escolar.

Palavras-chave: Relação Família-Escola. Prática Pedagógica. Percepções Docentes. Participação Familiar. Aprendizagem Escolar.

ABSTRACT

This article analyzes teachers' perceptions regarding the Family-school relationship within the context of public schooling, considering the normative, structural, and symbolic dimensions that permeate this interface. It is grounded in the recognition that family participation is widely advocated in educational policies; however, its implementation in everyday school life reveals challenges

associated with social inequalities and institutional mediations. The objective is to understand how teachers interpret family participation in the teaching-learning process, seeking to identify the limits and possibilities of this articulation. A qualitative approach of a descriptive-analytical nature was adopted, using a questionnaire composed of open-ended questions and documentary analysis of institutional records. The data were examined through content analysis, enabling the construction of interpretative categories related to teachers' understandings of participation, inequality, and pedagogical practices. The results indicate that, although teachers acknowledge the importance of family presence for students' academic development, participation is still frequently associated with formal practices, such as attending meetings and monitoring academic performance. Socioeconomic factors that condition family involvement are also evident, as well as symbolic tensions that influence teachers representations. It is concluded that strengthening the family-school relationship requires dialogical and contextualized pedagogical strategies capable of moving beyond a merely normative perspective and promoting effective collaboration within the school environment.

Keywords: Family-School Relationship. Pedagogical Practice. Teachers' Perceptions. Family Participation. School Learning.

RESUMEN

Este artículo analiza las percepciones del profesorado sobre la relación familia-escuela en el contexto de las escuelas públicas, considerando las dimensiones normativas, estructurales y simbólicas que permean esta interfaz. Se parte del reconocimiento de que la participación familiar es ampliamente defendida en las políticas educativas, pero su implementación en la vida escolar cotidiana revela desafíos asociados a las desigualdades sociales y las mediaciones institucionales. El objetivo es comprender cómo el profesorado interpreta la participación familiar en el proceso de enseñanza-aprendizaje, buscando identificar los límites y las posibilidades de esta articulación. Se adopta un enfoque cualitativo, descriptivo-analítico, mediante un cuestionario compuesto por preguntas abiertas y análisis documental de registros institucionales. Los datos se examinaron mediante análisis de contenido, lo que permitió la construcción de categorías interpretativas relacionadas con la comprensión del profesorado sobre la participación, la desigualdad y las prácticas pedagógicas. Los resultados indican que, si bien el profesorado reconoce la importancia de la presencia familiar para el desarrollo académico de los estudiantes, la participación aún se asocia frecuentemente con prácticas formales, como la asistencia a reuniones y el seguimiento del rendimiento académico. También se evidencian factores socioeconómicos que condicionan la participación familiar, así como tensiones simbólicas que influyen en las representaciones del profesorado. Se concluye que fortalecer la relación familia-escuela exige estrategias pedagógicas dialógicas y contextualizadas, capaces de superar una perspectiva meramente normativa y promover una colaboración eficaz en el entorno escolar.

Palabras clave: Relación Familia-Escuela. Práctica Pedagógica. Percepciones Docentes. Participación Familiar. Aprendizaje Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre família e escola tem ocupado posição central no debate educacional contemporâneo, especialmente no âmbito das políticas públicas voltadas à gestão democrática e à melhoria da qualidade do ensino. Embora os documentos normativos reconheçam a importância da participação familiar, sua efetivação no cotidiano escolar ainda revela desafios significativos. Nesse contexto, compreender como essa interface se configura na prática torna-se questão relevante para a pesquisa educacional.

No cenário da escola pública brasileira, marcado por desigualdades sociais persistentes, a articulação entre esses dois espaços formativos assume contornos complexos. A participação familiar não se apresenta de forma homogênea, sendo influenciada por fatores culturais, econômicos e institucionais que impactam as dinâmicas escolares. Assim, discutir essa relação implica reconhecer que ela ultrapassa a dimensão formal e se insere em um campo relacional atravessado por tensões e expectativas mútuas.

Além disso, a valorização da família como parceira do processo educativo demanda análise crítica das condições concretas que sustentam essa parceria. Entre o ideal democrático previsto nas políticas educacionais e as práticas efetivamente desenvolvidas nas escolas, evidencia-se um espaço de mediação que merece investigação sistemática. É nesse intervalo entre normatividade e experiência vivida que se inscreve a relevância científica deste estudo.

Embora a participação da família seja amplamente defendida no discurso pedagógico e respaldada por dispositivos legais, observa-se que sua materialização no cotidiano escolar ocorre de forma desigual e, por vezes, limitada a práticas formais. Tal cenário suscita questionamentos acerca de como essa relação é percebida pelos docentes, sujeitos que mediam, no interior da escola, as interações com as famílias. Assim, emerge a necessidade de problematizar não apenas a existência da participação, mas os sentidos que lhe são atribuídos no contexto institucional.

Nesse sentido, a lacuna que orienta este estudo reside na compreensão das percepções docentes sobre a interface família-escola em realidade específica da escola pública. Investigar tais percepções permite analisar como normatividade, desigualdades sociais e experiências profissionais se entrelaçam na construção dessa relação. Ao deslocar o foco da prescrição legal para a interpretação dos sujeitos, o artigo contribui para aprofundar o debate acadêmico sobre gestão democrática e políticas educacionais.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as percepções docentes acerca da relação família-escola em contexto de escola pública, à luz das dimensões normativa, estrutural e simbólica que atravessam essa interface. Para tanto, adota abordagem qualitativa, com aplicação de questionário

e análise documental, interpretados por meio da análise de conteúdo. Ao articular referencial teórico, dados empíricos e reflexão crítica, o artigo busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre participação familiar e gestão democrática, evidenciando possibilidades e limites dessa relação no cenário educacional investigado.

2 A INTERFACE FAMÍLIA-ESCOLA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DO PROCESSO EDUCATIVO

A família e a escola configuram-se, historicamente, como instâncias centrais no processo de socialização e formação dos sujeitos. Enquanto a família ocupa o espaço primário de construção de valores, normas e referências simbólicas, a escola assume a função de sistematizar conhecimentos e promover a inserção do indivíduo em estruturas sociais mais amplas. Essa complementaridade, contudo, não se estabelece de forma automática ou harmoniosa, pois ambas as instituições são atravessadas por transformações sociais, econômicas e culturais que redefinem continuamente seus papéis e responsabilidades no campo educacional.

Ao longo das últimas décadas, observa-se a superação de uma concepção que atribuía à família e à escola funções rigidamente delimitadas, emergindo, em seu lugar, a noção de corresponsabilidade educativa. Essa perspectiva reconhece que o processo de ensino-aprendizagem não se restringe ao espaço escolar, mas depende de interações e mediações que extrapolam seus muros institucionais. Nesse cenário, compreender como essa interface é construída e percebida pelos docentes torna-se fundamental para analisar as dinâmicas que influenciam o cotidiano pedagógico e a experiência formativa dos estudantes.

A interface entre família e escola, além de constituir uma dinâmica social historicamente construída, encontra respaldo normativo nas políticas públicas educacionais brasileiras, que reconhecem a participação familiar como elemento estruturante do processo formativo. Os dispositivos legais e diretrizes educacionais reforçam a ideia de gestão democrática e de aproximação entre escola e comunidade, atribuindo à família papel ativo no acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes. Contudo, a materialização dessas orientações ocorre em contextos marcados por desigualdades sociais, limitações estruturais e desafios institucionais, o que tensiona a efetividade dessa participação. Nesse cenário, a relação entre normatividade e prática revela-se um campo fértil para análise, especialmente quando observada a partir das percepções docentes sobre sua concretização no cotidiano escolar.

No contexto contemporâneo, a participação da família no espaço escolar assume configurações diversas, que ultrapassam a mera presença em reuniões formais ou eventos

institucionais. Ela pode manifestar-se por meio do acompanhamento das atividades escolares, do diálogo constante com professores e da construção de vínculos de apoio ao percurso formativo dos estudantes. Entretanto, tais formas de engajamento são atravessadas por condicionantes sociais, econômicos e culturais que influenciam as possibilidades reais de participação, especialmente nas redes públicas de ensino. Assim, compreender essas configurações implica reconhecer que a relação família-escola não é homogênea nem linear, mas marcada por desigualdades e diferentes expectativas quanto à incumbência educativa, elementos que incidem diretamente sobre o cotidiano pedagógico.

Nesse contexto, os docentes ocupam posição estratégica na mediação entre as diretrizes institucionais e a realidade vivenciada na escola, sendo também produtores de sentidos sobre a participação familiar. Suas percepções não se limitam à constatação da presença ou ausência das famílias, mas envolvem interpretações acerca do comprometimento, dos deveres e dos efeitos dessa interação no cotidiano pedagógico. Ao traduzirem as políticas em práticas concretas, os professores constroem representações que influenciam tanto o diálogo com a comunidade quanto a organização do trabalho educativo. Assim, analisar essas percepções permite compreender como a interface família-escola é significada no interior da escola pública e como tais significados repercutem na dinâmica do ensino-aprendizagem.

Desse modo, a interface entre família e escola, compreendida em suas dimensões histórica, normativa e relacional, revela-se elemento relevante para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem na escola pública. As percepções docentes, situadas nesse entrecruzamento de expectativas institucionais e condições sociais concretas, evidenciam que o **compartilhamento de responsabilidades educativas** não se efetiva de forma automática, mas depende de mediações contínuas e contextualizadas. Assim, investigar tais percepções permite problematizar os sentidos atribuídos à participação familiar e suas implicações no cotidiano pedagógico, fundamentando a análise empírica que se segue.

2.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA PARA ALÉM DOS MARCOS NORMATIVOS

A literatura educacional tem ampliado o debate sobre a relação família-escola para além da previsão normativa contida nos documentos oficiais, compreendendo-a como fenômeno social complexo e historicamente situado. Para Paro (2000, p. 16), a participação da família na escola não pode ser entendida como mera formalidade administrativa, pois “a educação é um processo social que extrapola os limites da instituição escolar”. Essa perspectiva desloca o foco da obrigação legal para a dimensão relacional e política da interação entre essas instâncias formativas.

Sob outra perspectiva, Bourdieu (1998, p. 42) argumenta que as desigualdades escolares não podem ser dissociadas das condições sociais de origem dos estudantes, uma vez que a escola tende a reconhecer e valorizar determinados capitais culturais em detrimento de outros. Nesse sentido, a aproximação entre família e escola é atravessada por assimetrias estruturais que influenciam tanto as formas de participação quanto as expectativas construídas em torno do desempenho escolar.

Além disso, autores como Libâneo (2013, p. 84) ressaltam que a articulação entre escola e comunidade constitui dimensão fundamental da gestão democrática, mas alertam que tal articulação exige mediações pedagógicas e institucionais consistentes. Para o autor, “a participação não se reduz à presença física, mas implica envolvimento consciente nos processos educativos”. Assim, a discussão acadêmica evidencia que a interface família-escola demanda análise que considere tanto os condicionantes sociais quanto as representações construídas no interior da própria escola.

2.2 SUPERAÇÃO DA LEITURA NORMATIVA DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

A discussão acadêmica sobre a relação família-escola, conforme desenvolvida na dissertação, indica que a participação familiar não pode ser reduzida ao cumprimento de dispositivos legais ou à presença eventual em reuniões escolares. O texto ressalta que “o papel relativo à educação não se resume em participar de reuniões de classe para entrega de boletins”, evidenciando que a interação entre essas instâncias exige envolvimento mais profundo e contínuo. Assim, a literatura analisada desloca o foco da formalidade institucional para a construção de vínculos efetivos no cotidiano educativo.

Nesse sentido, Sousa (2012, p. 6) afirma que “a participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo de ensino-aprendizagem”, destacando que família e escola constituem suportes essenciais para o enfrentamento das dificuldades escolares. A dissertação reforça que tal participação não deve ser entendida como ato isolado, mas como processo articulado que possibilita à escola conhecer o contexto do aluno e planejar intervenções pedagógicas mais consistentes. Trata-se, portanto, de compreender a participação como elemento estruturante do processo educativo.

A análise também dialoga com Díaz (2011, p. 35), ao sustentar que a aprendizagem se consolida quando há interiorização significativa dos conhecimentos, sendo o ambiente familiar espaço privilegiado para estímulo afetivo e motivacional. Ao reconhecer que a influência da família potencializa o desenvolvimento discente, o estudo amplia o debate para além da obrigação normativa, enfatizando a dimensão formativa e emocional do acompanhamento familiar no percurso escolar.

Por fim, a dissertação reconhece, com base em Caetano (2009, p. 54), que a “relação entre escola e família [...] é complexa, assimétrica e normalmente permeada de conflitos”. Essa

compreensão afasta qualquer visão idealizada ou simplista da participação e reforça a necessidade de mediações institucionais permanentes. Desse modo, superar a leitura exclusivamente legalista implica reconhecer que a articulação família-escola se constrói em meio a tensões, negociações e expectativas mútuas, aspecto central para a análise das percepções docentes investigadas neste estudo.

2.2 CAPITAL CULTURAL, DESIGUALDADES E IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A relação família-escola, conforme discutido na dissertação, não pode ser compreendida de maneira descontextualizada, pois está imersa em condicionantes sociais que influenciam diretamente as possibilidades de participação. Sousa (2012) destaca que a família exerce papel estruturante no desenvolvimento educacional, mas reconhece que tal influência é atravessada por variáveis socioeconômicas que impactam o acompanhamento escolar. Assim, a participação familiar deve ser analisada à luz das condições concretas de vida, sob pena de se incorrer em julgamentos normativos que ignoram desigualdades históricas.

Nesse sentido, Díaz (2011, p. 35) afirma que a aprendizagem significativa ocorre quando o sujeito consegue “interiorizar o conhecimento em uma dimensão compreensiva e reflexiva”. Todavia, essa interiorização não depende exclusivamente da escola, sendo influenciada pelo ambiente familiar e pelas oportunidades culturais às quais o estudante tem acesso. A dissertação evidencia que o capital cultural disponível nas famílias repercute nas formas de interação com a escola, interferindo tanto no desempenho discente quanto na percepção docente acerca do envolvimento parental.

A análise também dialoga com Pereira e Novo (2015), ao reconhecer que a aproximação entre família e escola demanda reconhecimento das especificidades socioculturais de cada comunidade. Quando a escola opera a partir de expectativas homogêneas de participação, tende a desconsiderar os diferentes repertórios familiares, produzindo distanciamentos simbólicos. Desse modo, a desigualdade não se manifesta apenas na esfera econômica, mas também na forma como determinados modos de participação são legitimados institucionalmente.

Caetano (2009, p. 54) reforça essa compreensão ao afirmar que a relação entre família e escola é “complexa, assimétrica e normalmente permeada de conflitos”. Tais conflitos não devem ser interpretados como falhas individuais, mas como expressão de tensões estruturais que atravessam o campo educacional. A dissertação demonstra que, em contextos de vulnerabilidade social, a escola precisa adotar estratégias de mediação que considerem as limitações materiais e simbólicas enfrentadas pelas famílias.

Dessa forma, o debate teórico evidencia que a participação familiar não é fenômeno uniforme nem linear, mas resultado da interação entre capital cultural, condições socioeconômicas e expectativas institucionais. Ao ampliar o olhar para essas dimensões, o estudo fortalece a análise das percepções docentes, permitindo compreender que os sentidos atribuídos à presença – ou ausência – das famílias são construídos em um cenário social marcado por desigualdades. Tal abordagem confere maior densidade interpretativa ao artigo e fundamenta a análise empírica que se segue.

2.3 REPRESENTAÇÕES DOCENTES E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PARTICIPAÇÃO

A literatura recente tem enfatizado que a relação família-escola é mediada por interpretações construídas no cotidiano escolar, especialmente pelas percepções docentes acerca do papel das famílias no processo educativo. Para Libâneo (2018), a prática pedagógica é transpassada por concepções que orientam a forma como o professor compreende o contexto social do aluno, influenciando as estratégias de aproximação com a comunidade. Nessa perspectiva, a participação familiar não se configura como dado objetivo, mas como construção simbólica que se materializa nas interações institucionais.

Estudos contemporâneos também apontam que as representações docentes são fortemente influenciadas pelas condições estruturais da escola pública. Nóvoa (2017) destaca que o trabalho docente ocorre em cenário de múltiplas demandas e pressões institucionais, o que impacta a forma como o professor interpreta o envolvimento parental. Complementarmente, Dourado (2019) argumenta que a gestão democrática pressupõe diálogo efetivo com as famílias, mas esse diálogo depende de mediações formativas que superem visões estigmatizadas da comunidade escolar.

No campo das desigualdades educacionais, pesquisas recentes indicam que as expectativas docentes podem ser percorridas por marcadores sociais. Oliveira (2020) sustenta que as percepções sobre participação familiar variam conforme o contexto socioeconômico dos estudantes, influenciando a maneira como a escola reconhece determinadas formas de acompanhamento. De modo convergente, Carvalho (2018) afirma que a interação família-escola precisa ser analisada como processo relacional, marcado por tensões e negociações simbólicas que refletem dinâmicas sociais mais amplas.

Além disso, a literatura contemporânea tem enfatizado a importância da escuta qualificada das famílias como estratégia de fortalecimento institucional. Paro (2016) reafirma que a participação constitui princípio democrático que exige abertura real à colaboração, enquanto Gatti (2019) destaca que a formação docente deve contemplar competências para o diálogo com diferentes realidades

socioculturais. Essas contribuições reforçam que as representações docentes não são neutras, mas construídas ao longo da trajetória profissional e das experiências vivenciadas na escola.

Por fim, compreender a construção simbólica da participação familiar implica reconhecer que os sentidos atribuídos à presença - ou ausência - das famílias são produzidos em um contexto histórico e social específico. Libâneo (2018) e Dourado (2019) convergem ao afirmar que a consolidação de uma escola democrática requer superação de visões reducionistas sobre o papel da família. Nesse sentido, analisar as percepções docentes torna-se fundamental para compreender como se estruturam, na prática escolar, as possibilidades e os limites da articulação entre família e escola, aspecto central para os objetivos deste estudo.

2.4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E IMPLICAÇÕES PARA A ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOCENTES

A literatura contemporânea evidencia que a consolidação de uma relação efetiva entre família e escola permanece como desafio no cenário educacional brasileiro. Dourado (2019) argumenta que a gestão democrática exige mais que dispositivos formais, demandando práticas institucionais que promovam diálogo qualificado com a comunidade. Nesse sentido, a articulação entre esses espaços formativos precisa superar a lógica burocrática e assumir caráter pedagógico e relacional.

Paro (2016) reforça que a participação constitui princípio político da educação pública, mas alerta que sua efetivação depende de condições concretas de escuta e partilha de decisões. De modo condizente, Libâneo (2018) sustenta que a escola democrática se constrói mediante processos colaborativos que reconheçam a pluralidade sociocultural das famílias. Tais contribuições reafirmam que a aproximação entre família e escola não ocorre espontaneamente, exigindo mediações institucionais consistentes.

No contexto das desigualdades sociais, Oliveira (2020) destaca que as expectativas escolares podem ser influenciadas por representações socialmente construídas sobre determinados grupos familiares. Gatti (2019) complementa ao afirmar que a formação docente precisa contemplar competências relacionais que favoreçam o diálogo intercultural. Assim, os sentidos atribuídos à participação familiar são produzidos em um ambiente permeado por condicionantes estruturais e simbólicos.

Dessa forma, compreender os desafios contemporâneos da interface família-escola implica reconhecer que normatividade, desigualdade e representação constituem dimensões indissociáveis do fenômeno. Ao articular esses elementos, o presente estudo fundamenta a análise das percepções docentes como chave interpretativa para compreender os limites e as possibilidades da participação

familiar na escola pública, contribuindo para o debate acadêmico sobre políticas educacionais e práticas democráticas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo insere-se no campo das pesquisas qualitativas, por compreender que a análise das percepções docentes acerca da relação família-escola exige interpretação contextualizada dos significados atribuídos pelos sujeitos investigados. Conforme Creswell (2014), a pesquisa qualitativa busca explorar e compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes, privilegiando a construção de sentidos em contextos específicos. Tal abordagem mostra-se adequada ao objetivo deste artigo, que pretende analisar dimensões simbólicas e institucionais da participação familiar na escola pública.

Do ponto de vista de sua natureza, o estudo assume caráter descritivo-analítico, pois não se limita à exposição de dados empíricos, mas busca interpretá-los à luz do referencial teórico construído ao longo da dissertação. Prodanov e Freitas (2013, p. 70) afirmam que a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno”, podendo estabelecer relações entre variáveis sem manipulá-las. Nesse sentido, a investigação procura compreender como os docentes percebem a participação familiar, articulando tais percepções aos condicionantes estruturais discutidos anteriormente.

Sob a perspectiva epistemológica, a opção metodológica fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos educacionais são socialmente construídos e devem ser analisados em sua complexidade. Minayo (2014) sustenta que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores e atitudes, dimensões que não podem ser reduzidas a indicadores quantitativos. Tal entendimento converge com o propósito deste estudo, uma vez que as representações docentes sobre a relação família-escola se constituem em processos simbólicos que demandam interpretação aprofundada.

Além disso, a investigação alinha-se às discussões contemporâneas sobre rigor metodológico na pesquisa em educação. Gatti (2019) destaca que a consistência científica não decorre apenas da escolha do método, mas da coerência entre problema, objetivos e procedimentos adotados. Assim, ao optar por uma abordagem qualitativa, o estudo reafirma seu compromisso com a análise contextualizada das percepções docentes, assegurando fundamentação teórica, clareza epistemológica e alinhamento entre o percurso metodológico e as questões que orientam a pesquisa.

A delimitação do contexto empírico constitui etapa fundamental na pesquisa qualitativa, uma vez que os fenômenos educacionais são inseparáveis das condições históricas e institucionais em que

se produzem. Minayo (2014) afirma que o campo não é cenário neutro, mas espaço vivo de significações. De modo coincidente, André (2013) destaca que compreender a realidade escolar exige atenção às particularidades institucionais e às dinâmicas que estruturam o cotidiano pedagógico. Assim, a escolha da escola pública investigada fundamentou-se em sua relevância para a análise das percepções docentes acerca da relação família-escola.

No que se refere aos participantes, a pesquisa adotou amostragem intencional, estratégia amplamente recomendada em estudos qualitativos. Creswell (2014) observa que a seleção criteriosa dos sujeitos permite aprofundar a compreensão do fenômeno investigado. Bogdan e Biklen (2013) complementam ao afirmar que, nesse tipo de investigação, os participantes são escolhidos por sua capacidade de oferecer informações significativas, e não por representatividade estatística. Nesse sentido, foram incluídos docentes com experiência direta na interação com famílias no contexto escolar.

A caracterização do grupo investigado considerou aspectos profissionais e trajetórias de atuação, reconhecendo que tais elementos influenciam as interpretações construídas sobre a participação familiar. Flick (2013) ressalta que a descrição detalhada do contexto e dos sujeitos fortalece a credibilidade da pesquisa qualitativa, permitindo maior transparência analítica. Yin (2015), ao tratar do estudo de caso em ciências sociais, também enfatiza que a contextualização rigorosa do campo empírico é condição para interpretações consistentes.

No plano ético, a investigação observou os princípios que regem pesquisas com seres humanos, assegurando consentimento livre e esclarecido, confidencialidade e anonimização das identidades. Gatti (2019) enfatiza que o rigor científico está intrinsecamente vinculado à responsabilidade ética do pesquisador. Dessa forma, ao delimitar o contexto e os participantes com clareza metodológica e cuidado ético, o estudo reafirma sua consistência científica e estabelece bases sólidas para a análise interpretativa das percepções docentes.

A produção dos dados empíricos fundamentou-se na aplicação de questionário com questões abertas aos docentes e na análise documental de registros institucionais, estratégias coerentes com a abordagem qualitativa adotada. Para Creswell e Poth (2018), instrumentos qualitativos devem possibilitar a exploração aprofundada das experiências e interpretações dos participantes, favorecendo a construção de significados situados. Nessa perspectiva, o questionário foi estruturado de modo a permitir respostas reflexivas, contemplando dimensões subjetivas da relação família-escola e alinhando-se ao objetivo de compreender as percepções docentes em seu contexto de atuação.

A utilização de questões abertas encontra respaldo em Bogdan e Biklen (2013), que defendem a centralidade da narrativa como via de acesso às representações sociais, e em Denzin e Lincoln

(2018), para quem a pesquisa qualitativa se caracteriza pela interpretação das experiências vividas. Ao privilegiar respostas discursivas, o instrumento permitiu captar não apenas opiniões, mas sentidos atribuídos às práticas institucionais. Tal escolha metodológica reforça o compromisso do estudo com a compreensão interpretativa do fenômeno, evitando reducionismos quantitativos que poderiam limitar a complexidade da análise.

Complementarmente, a análise documental foi incorporada como estratégia de triangulação, fortalecendo a consistência interpretativa da pesquisa. Conforme Cellard (2014), os documentos expressam concepções, normas e orientações que estruturam a vida institucional, constituindo fonte relevante para a compreensão do contexto escolar. Flick (2013) ressalta que a triangulação amplia a credibilidade científica ao confrontar diferentes fontes de evidência. Assim, a articulação entre questionário e documentos institucionais assegurou maior profundidade analítica, contribuindo para a robustez metodológica deste estudo.

A análise dos dados foi conduzida à luz da Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), por compreender que essa técnica possibilita interpretar discursos de forma organizada e rigorosa. Segundo a autora, a análise de conteúdo constitui “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” voltado à produção de inferências fundamentadas (BARDIN, 2016, p. 37). Assim, as respostas dos docentes e os documentos institucionais foram examinados mediante etapas de pré-análise, categorização e interpretação, assegurando coerência entre dados empíricos e referencial teórico.

O processo analítico buscou identificar categorias emergentes relacionadas às percepções docentes sobre a relação família-escola, articulando-as às dimensões normativa, estrutural e simbólica discutidas no referencial. Conforme Flick (2013), a interpretação qualitativa exige diálogo constante entre teoria e material empírico, evitando leituras impressionistas. Desse modo, a análise foi orientada por critérios de sistematicidade, reflexividade e rigor científico, consolidando a metodologia como fundamento estruturante das conclusões apresentadas neste artigo.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

A análise das percepções docentes revelou que a relação família-escola é compreendida, predominantemente, como elemento fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, embora permeada por tensões estruturais e institucionais. Os discursos evidenciam reconhecimento da importância da participação familiar, sobretudo no acompanhamento das atividades escolares e no apoio às rotinas pedagógicas. Contudo, tal reconhecimento não se traduz,

de forma homogênea, em práticas efetivas de aproximação, indicando distanciamento entre ideal normativo e realidade cotidiana.

Observou-se que os docentes tendem a associar a participação familiar ao comparecimento às reuniões e ao acompanhamento do desempenho acadêmico, o que sinaliza permanência de uma compreensão ainda fortemente vinculada a dimensões formais da participação. Esse dado dialoga com o referencial teórico ao evidenciar que, embora os marcos legais defendam gestão democrática, a prática institucional ainda opera sob parâmetros tradicionais de envolvimento parental. A análise documental reforçou essa constatação ao indicar que os instrumentos institucionais valorizam a participação, mas não explicitam estratégias sistemáticas de mediação.

Outro aspecto recorrente nos discursos refere-se às desigualdades socioeconômicas como fator condicionante da participação. Os docentes reconhecem que determinadas famílias enfrentam limitações relacionadas à jornada de trabalho, escolaridade e condições materiais, o que impacta a frequência e a forma de envolvimento com a escola. Esse achado confirma a discussão teórica acerca da influência do capital cultural e das assimetrias sociais na configuração da interface família-escola, evidenciando que a ausência não pode ser interpretada de maneira simplista ou descontextualizada.

Além disso, emergiram percepções que revelam tensões simbólicas na relação com as famílias, especialmente quando expectativas institucionais não correspondem às possibilidades concretas de acompanhamento. Parte dos docentes demonstra frustração diante da baixa participação, enquanto outros reconhecem a necessidade de estratégias mais dialógicas e inclusivas. Essa ambivalência reforça a compreensão de que as representações docentes constituem dimensão central para a construção - ou limitação - de práticas colaborativas.

De modo geral, os resultados indicam que a relação família-escola é reconhecida como necessária, porém ainda marcada por desafios estruturais, culturais e institucionais. A análise evidencia que a consolidação de uma participação efetiva depende não apenas de dispositivos normativos, mas de mediações pedagógicas, formação docente e estratégias institucionais contextualizadas. Assim, as percepções docentes revelam-se chave interpretativa para compreender os limites e as possibilidades da articulação entre família e escola na realidade investigada, contribuindo para o avanço do debate acadêmico sobre políticas públicas e gestão democrática da educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu compreender que a relação entre família e escola, embora amplamente reconhecida como fundamental no discurso pedagógico e nas políticas educacionais,

ainda enfrenta desafios significativos no contexto da escola pública. As percepções docentes analisadas evidenciam que a participação familiar é considerada elemento estratégico para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, mas sua efetivação permanece condicionada por fatores estruturais, institucionais e simbólicos que extrapolam a previsão normativa.

Os resultados indicam que as desigualdades socioeconômicas influenciam diretamente as possibilidades de envolvimento das famílias, exigindo da escola uma postura mais sensível e contextualizada. Ao mesmo tempo, revelam que as representações docentes desempenham papel central na mediação dessa interface, podendo tanto ampliar quanto restringir práticas colaborativas. Assim, a consolidação de uma relação mais dialógica demanda não apenas dispositivos legais, mas investimento em formação, escuta qualificada e estratégias institucionais que reconheçam a pluralidade das realidades familiares.

Conclui-se, portanto, que a articulação entre família e escola deve ser compreendida como processo relacional em constante construção, atravessado por tensões e possibilidades. Ao evidenciar as percepções docentes como dimensão analítica central, este estudo contribui para o debate acadêmico sobre gestão democrática e políticas públicas educacionais, reafirmando a necessidade de práticas que promovam aproximação efetiva entre esses dois espaços formativos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Edição adaptada por Luís Felipe de Moraes. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Pesquisa qualitativa em educação: um guia prático para iniciantes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAETANO, Luciana Maria. Dinâmicas para reunião de pais: Construindo a parceria na relação escola e família. São Paulo: Paulinas, 2009.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Família e escola: relações de gênero e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018
- CELLARD, Andréa. Análise documental: princípios e práticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CRESWELL, John W. Pesquisa qualitativa: métodos qualitativos de pesquisa: da teoria à prática. Porto Alegre: Penso, 2014
- CRESWELL, John W.; POTTH, Catherine N. Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonne S. (orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Penso, 2018.
- DÍAZ, F. O Processo de Aprendizagem e seus Transtornos. Salvador: EDUFBA, 2011.
- Dourado, Fernanda Mitjans. Gestão democrática da educação: participação social e controle social. São Paulo: Summus Editorial, 2019.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil e suas competências socioculturais. São Paulo: Summus, 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2013
- MINAYO, Maria Ceília de Souza Santos. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.
- NÓVOA, António. Fronteiras rupture e currículo. Lisboa: Tinta da China, 2017.

OLIVEIRA, D. A. Participação dos pais na escola: legitimação das desigualdades sociais. São Paulo: Xamã, 2020.

PARO, Vítor Henrique. Família e escola: novas perspectivas de análise. São Paulo: Xamã, 2000.

PARO, Vítor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Xamã, 2016.

PEREIRA, Lauro do Nascimento; NOVO, Benigno Núñez. Família na Escola: interação da família e escola. Edição Kindle, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernst de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUSA, Jacqueline Pereira de. A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. Trabalho de Conclusão de CURSO. Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Especialização). Departamento de Pró-reitoria de Educação Continuada, Instituto de Estudos Superiores do Ceará, Fortaleza, 2012.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.